

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA." (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 189.260 euros e um total de capital próprio de 157.486 euros, incluindo um resultado líquido de 10.277 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do "J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA." em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

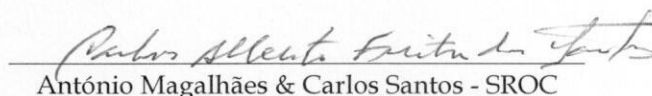
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 04 de abril de 2018



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037

DOSSIER FISCAL

2017

J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA

SEDE: AVENIDA DA REPÚBLICA, 1786 - 1º SALA 1
4430-194 VILA NOVA DE GAIA

NIPC: 507 520 505

CAPITAL SOCIAL: 50.000,00 €

MATRICULA: CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DO
PORTO SOB N.º 507520505

CONTEÚDO:

RELATÓRIO DE GESTÃO

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

fls

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
Balanço Individual a 31 de dezembro de 2017	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas	9
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	10
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa	11
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	12
1. Nota introdutória	12
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	12
3. Principais políticas contabilísticas	14
4. Ativos fixos tangíveis	17
5. Outros ativos financeiros	18
6. Estado e outros entes públicos	18
7. Outros créditos a receber	19
8. Diferimentos	19
9. Caixa e depósitos bancários	19
10. Capital subscrito	20
11. Reserva legal e livre	20
12. Resultados transitados	20
13. Capitais próprios	21
14. Outras dívidas a pagar	21
15. Clientes e Fornecedores	21
16. Financiamentos obtidos	22
17. Vendas e prestações de serviços	22
18. Fornecimentos e serviços externos	23
19. Gastos com o pessoal	23
20. Outros rendimentos	24
21. Outros gastos	24
22. Resultados financeiros	25
23. Eventos subsequentes	25
24. Informações exigidas por diplomas legais	25
25. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS	26

J. Neves

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017



RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de dois mil e dezasseis, o relatório de gestão da sociedade comercial por quotas **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda**.

1 - CONDIÇÕES DE MERCADO

Segundo o presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), José Almaça, o mercado segurador português "tem espaço de desenvolvimento significativo", recordando que o índice de penetração de seguros em Portugal continua abaixo da média europeia.

Estudiosos consideram que hoje que o sector está perante grandes mudanças tecnológicas, desde logo porque já não tem a exclusividade da medição do risco, mas também perante mudanças sociais, desde logo porque opera numa sociedade com uma população mais envelhecida e com necessidades mais complexas.

No que diz respeito à nossa empresa, conseguimos manter-nos a laborar a bom ritmo, apesar de toda a envolvente oscilar, o que nos faz crer que tudo é incerto e efémero.

Procurámos ainda obter melhor rentabilidade com a carteira existente. Congratulamo-nos com os resultados contabilísticos do ano que, de certa forma, espelham o sucesso das nossas iniciativas.

2 - INVESTIMENTOS

A empresa tem adquirido o que é necessário e indispensável ao bom funcionamento da sua atividade.

É nossa vontade manter inalterada a nossa atuação, mantendo os níveis de contenção da despesa, continuando a cativar os clientes mais estáveis e apostando em seguradoras que nos apoiem a todos os níveis.

3 – GANHOS E GASTOS - SÍNTESE DA ATIVIDADE

A sociedade apresenta-se no mercado como corretora de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Neste exercício o volume de negócios atingiu o montante de 86.162,99€ dizendo respeito ao desenvolvimento da atividade da empresa, unicamente, a mediação de seguros.

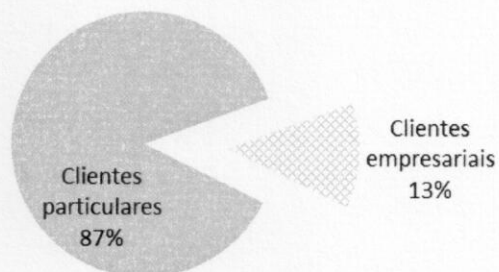
Constatou-se assim um decréscimo de cerca 1,50% relativamente ao exercício anterior. O Ramo Vida representou cerca de 9% do volume de negócios da empresa em 2017.

ANO 2017



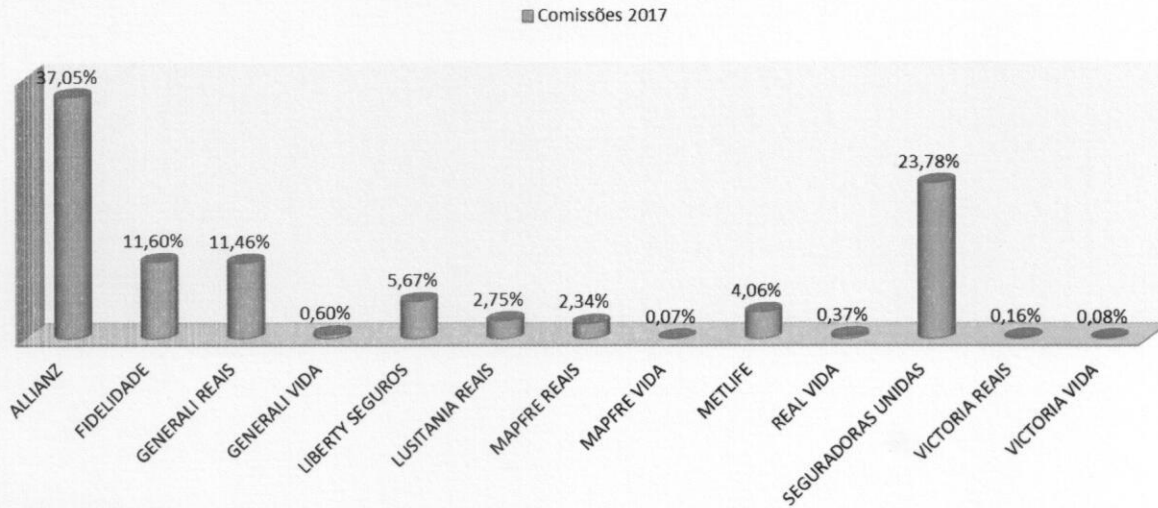
No que diz respeito à estrutura da nossa base de dados, nomeadamente clientes particulares e empresariais, este último tem um peso de cerca de 13% do volume de negócios da empresa.

ANO 2017



Quanto às comissões recebidas por Companhia, a nossa carteira encontra-se assim distribuída:

Comissões por Companhia de Seguros



Os gastos atingiram o montante de 73.325,20€ e os ganhos atingiram o valor total de 86.419,93€, o que originou um resultado líquido positivo de 10.276,95€ tendo-se registado um imposto sobre o rendimento de 2.817,78€.

Da análise aos gastos e proveitos merecem ainda relevo os seguintes pontos:

- ☒ Os fornecimentos e serviços externos têm um peso aproximado de 26% na estrutura de custos da empresa.
- ☒ Os custos com o pessoal têm um peso aproximado de 75% na estrutura de custos da empresa, e corresponde ao pagamento de salários, e respetivos encargos, em média a quatro pessoas.

4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

5 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como objetivo a continuidade da empresa, consolidando a posição competitiva de mercado.

6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Cumprindo as respetivas disposições legais, referimos que à data de 31 de Dezembro de 2017 não existiam débitos ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo a Segurança Social, cujo pagamento estivesse em mora, dado que todos os impostos e contribuições têm sido pontualmente pagos.

A empresa no decorrer da sua actividade tem em consideração as questões relacionadas com a preservação do meio ambiente, adotando as práticas necessárias para reduzir ao máximo possíveis danos ambientais.

7 – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência da sociedade propõe que o Resultado Líquido positivo apurado, no valor de 10.276,95€, seja assim transferido:

5% para Reservas Legais, o valor de 513,85€;

20% para Reservas Livres, o valor de 2.055,39€;


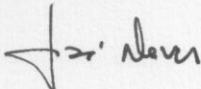
O remanescente, no valor de 7.707,31€, para a conta de Resultados Transitados.

8 – AGRADECIMENTOS

Finalmente queremos deixar uma palavra de apreço aos nossos clientes, fornecedores e banca, e a todos os colaboradores da empresa pela dedicação, competência e compreensão demonstrados.

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018

A Gerência,

**J. NEVES**
Corretor de Seguros
a gerência


Balanço Individual a 31 de dezembro de 2017

ATIVO	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
		(Valores expressos em Euros)	
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	66.689,32 €	69.427,71 €
Investimentos financeiros	5	142,15 €	203,44 €
Acionistas/sócios		- €	- €
<i>Total do Ativo não corrente</i>		<u>66.831,47 €</u>	<u>69.631,15 €</u>
Ativo Corrente			
Inventários		- €	- €
Clientes	15	- €	- €
Estados e outros entes públicos	6	- €	- €
Outras créditos a receber	7	104.624,73 €	83.659,45 €
Diferimentos	8	2.730,18 €	3.561,60 €
Caixa e depósitos bancários	9	15.073,90 €	8.569,84 €
<i>Total do Ativo corrente</i>		<u>122.428,81 €</u>	<u>95.790,89 €</u>
Total do ativo		<u>189.260,28 €</u>	<u>165.422,04 €</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas legais	11	7.538,49 €	6.818,86 €
Outras reservas	11	18.955,37 €	16.076,84 €
Resultados transitados	12	70.715,52 €	59.921,04 €
		<u>147.209,38 €</u>	<u>132.816,74 €</u>
Resultado líquido do período	13	10.276,95 €	14.392,64 €
<i>Total do capital próprio</i>	13	<u>157.486,33 €</u>	<u>147.209,38 €</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		- €	- €
<i>Total do Passivo não corrente</i>		<u>- €</u>	<u>- €</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.653,38 €	1.363,70 €
Estado e outros entes públicos	6	1.876,60 €	3.139,91 €
Financiamentos obtidos	16	- €	3.592,52 €
Diferimentos	8	134,40 €	1.160,57 €
Outras dívidas a pagar	14	28.109,57 €	8.955,96 €
<i>Total do Passivo corrente</i>		<u>31.773,95 €</u>	<u>18.212,66 €</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>31.773,95 €</u>	<u>18.212,66 €</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>189.260,28 €</u>	<u>165.422,04 €</u>

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018
 O Contabilista Certificado,

Handwritten signature of the certified accountant

A Gerência,

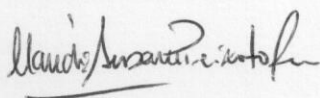
 **J. NEVES**
 Corretor de Seguros
 a gerência

Handwritten signature of the manager

**Demonstração dos Resultados por Naturezas
 no período findo em 31 de dezembro de 2017**

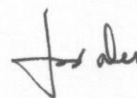
	<u>NOTAS</u>	<u>31 Dez 2017</u>	<u>31 Dez 2016</u>
		(Valores expressos em Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	17	86.162,99 €	87.525,40 €
Subsídios à exploração		- €	- €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- €	- €
Fornecimentos e serviços externos	18	(18.791,30€)	(17.050,21€)
Gastos com o pessoal	19	(47.779,60€)	(52.971,91€)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos	20	224,16 €	5.534,10 €
Outros gastos	21	(3.727,43€)	(2.229,35€)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		16.088,82 €	20.808,03 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(3.019,36€)	(2.698,71€)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.069,46 €	18.109,32 €
Juros e rendimentos similares obtidos	22	32,78 €	13,75 €
Juros e gastos similares suportados	22	(7,51€)	(102,90€)
Resultado antes de impostos		13.094,73 €	18.020,17 €
Imposto sobre o rendimento do período		(2.817,78€)	(3.627,53€)
Resultado líquido do período		10.276,95 €	14.392,64 €

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018
 O Contabilista Certificado,



A Gerência,

 **J. NEVES**
 Corretor de Seguros
 a gerência



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
13	50.000,00 €	-	-	-	6.818,86 €	16.076,84 €	59.921,04 €	-	-	-	14.392,64 €	147.209,38 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferença de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
TOTAL ALTERAÇÕES DO PERÍODO												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
12/13	-	-	-	-	719,63 €	2.878,53 €	10.794,48 €	-	-	-	(14.392,64 €)	-
13	50.000,00 €	-	-	-	7.538,49 €	18.955,37 €	70.715,52 €	-	-	-	10.276,95 €	157.486,33 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017												
10.276,95 €												
10.276,95 €												

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
13	50.000,00 €	-	-	-	6.192,44 €	13.571,14 €	50.524,68 €	-	-	-	12.528,48 €	132.816,74 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferença de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
TOTAL ALTERAÇÕES DO PERÍODO												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
12/13	-	-	-	-	626,42 €	2.505,70 €	9.396,36 €	-	-	-	(12.528,48 €)	-
13	50.000,00 €	-	-	-	6.818,86 €	16.076,84 €	59.921,04 €	-	-	-	14.392,64 €	147.209,38 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016												
14.392,64 €												
14.392,64 €												



J. NEVES
 Corretor de Seguros
 4.ª geração

A Gerência,

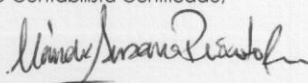
Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018
 O Contabilista Certificado,
André Santos Pereira

**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 do período findo em 31 de dezembro de 2017**

	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
(Valores expressos em Euros)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		70.113,58 €	82.795,75 €
Pagamentos a fornecedores	-	4.797,53 €	4.231,59 €
Pagamentos ao pessoal	-	33.638,36 €	39.668,37 €
		31.677,69 €	38.895,79 €
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	4.099,45 €	5.143,32 €
Outros recebimentos/pagamentos	-	17.225,96 €	22.509,48 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		10.352,28 €	11.242,99 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	280,97 €	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros activos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		- €	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares	21	32,78 €	13,75 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 248,19 €	13,75 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	16	3.592,52 €	8.661,90 €
Juros e gastos similares	21	7,51 €	102,90 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- 3.600,03 €	8.764,80 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.504,06 €	2.491,94 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.569,84 €	6.077,90 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15.073,90 €	8.569,84 €

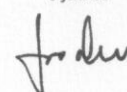
Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018

O Contabilista Certificado,



A Gerência,

 **J. NEVES**
 Corretor de Seguros
 a gerência





J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoAL, LDA

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em Euros)

1. Nota introdutória

A Empresa **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.** foi constituída em Janeiro de 2006 como empresa mediadora de seguros, tem a sua sede na Avenida da República, n.º 1786 – 1º Sala 1, em Vila Nova de Gaia.

Em Setembro de 2015 passou a sociedade corretora de seguros, categoria estabelecida pela entidade reguladora deste setor, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (EX - Instituto de Seguros de Portugal).

A empresa tem como atividade principal exclusivamente a mediação de seguros, conforme legislação vigente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e

os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até € 15.000.00, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,25% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa.

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido da demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que procede à prestação de contas com a seguradora. Altura em que também procede à entrega do prémio líquido da comissão à respetiva Companhia de Seguros.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-2016
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	86.545	-	-	-	-	86.545
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11.291	-	-	-	-	11.291
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>99.984</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>99.984</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	15.483	2.167	-	-	-	17.650
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.227	532	-	-	-	10.759
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
	<u>27.858</u>	<u>2.699</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.557</u>

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-2017
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	86.545	-	-	-	-	86.545
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11.291	281	-	-	-	11.572
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>99.984</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100.265</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	17.650	2.393	-	-	-	20.043
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.759	626	-	-	-	11.385
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	-	2.148
	<u>30.556</u>	<u>3.019</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.576</u>

5. Outros ativos financeiros

Em 1 de outubro de 2013 a Lei 70/2013, de 30 de agosto, criou dois fundos de compensação de trabalho, com o intuito de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e é calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
<u>Saldo FCT</u>	142	203

6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	178	1.462
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	9	138
Segurança Social	1.684	1.534
Outros impostos e taxas	6	5
	<u>1.877</u>	<u>3.140</u>

7. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2017		31-Dez-2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Seguradoras	-	-	-	6.352
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Outros	-	104.625	-	77.308
	-	104.625	-	83.659
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	104.625	-	83.659

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	2.729	3.495
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	1	67
	2.730	3.562
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
Outros acréscimos de custos	134	1.161
	134	1.161

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Caixa	2.423	2.724
Depósitos à ordem	12.651	5.846
Outras	-	-
	15.074	8.570

10. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota com o valor nominal de cinquenta mil Euros.

11. Reserva legal e livre

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

É política da empresa constituir reservas livres, de 20% do resultado líquido do exercício. Esta conta apresenta um montante de 18.955,37€ e não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2017 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 719,63€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.878,53€;
- o remanescente, no valor de 10.794,48€, para a conta de Resultados Transitados.

Será proposto na Assembleia Geral a realizar oportunamente, que o resultado líquido positivo apresentado neste exercício económico, no valor de 10.276,95€, seja assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 513,85€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.055,39€;
- o remanescente, no valor de 7.707,31€, para a conta de Resultados Transitados.

J. Neves

13. Capitais próprios

Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios foram os seguintes:

Variações nos capitais próprios	Saldo Inicial	Aumentos	Aplicações	Saldo Final
Capital subscrito	50.000	-	-	50.000
Prestações Suplementares	-	-	-	-
Reservas Legais	6.819	720	-	7.538
Outras Reservas	16.077	2.879	-	18.955
Resultados Transitados	59.921	10.794	-	70.716
Resultados Líquidos	14.393	10.277	14.393	10.277
	147.209	24.670	14.393	157.486

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2017		31-Dez-2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	6.936	-	6.647
Pessoal	-	2.473	-	2.309
Seguradoras	-	18.701	-	-
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	28.110	-	8.956

15. Clientes e Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2017		31-Dez-2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	-	-	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 Dez 2017	31 Dez 2016
Fornecedores conta corrente	1.653	1.364
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores receção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	1.653	1.364

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2017 apresentava-se como segue:

	0-30 dias
Fornecedores conta corrente	1.653
Fornecedores outros	-
	1.653

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-2017		31-Dez-2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos (i)	-	-	-	3.593
	-	-	-	3.593

(i) O empréstimo obtido junto da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A., serviu para adquirir as instalações que servem de sede à empresa.

17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2017 foram como segue:

	31-Dez-2017			31-Dez-2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	86.163	-	86.163	87.525	-	87.525
	86.163	-	86.163	87.525	-	87.525

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6.546	6.812
Materiais	2.478	1.457
Energia e fluídos	1.584	1.253
Deslocações, estadas e transportes	1.660	1.393
Serviços diversos (*)	6.522	6.135
Comunicação	2.375	2.117
Despesas de Representação	2.959	994
Limpeza, higiene e conforto	975	1.687
Outros	214	1.337
	<u>18.791</u>	<u>17.050</u>

19. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	37.788	43.078
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	8.185	9.514
Seguros	67	249
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1.741	131
	<u>47.780</u>	<u>52.972</u>
N.º médio de empregados	<u>4</u>	<u>4</u>

Constata-se que apesar de ter-se mantido inalterado o número de pessoa ao serviço da empresa, o valor da despesa com o pessoal em 2017 diminuiu relativamente ao ano anterior. Esta situação deveu-se ao facto de se ter registado baixas médicas por parte dos colaboradores devido a doença não profissional.

20. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foram como segue:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	224	5.534
	<u>224</u>	<u>5.534</u>

A rubrica "outros rendimentos e ganhos", na sua maioria, regista em 2016 o valor do subsídio recebido. Trata-se de uma Medida de Estágios de Emprego promovida, realizados e financiados pelo IEFP – Instituto de Emprego e formação Profissional.

21. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foram como segue:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Impostos	2.092	2.120
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas	1.636	110
	<u>3.727</u>	<u>2.229</u>

O valor mensurado na conta de impostos diz respeito ao valor retido de imposto do selo incidente sobre as comissões obtidas.

A rubrica "outros gastos e perdas", refere-se ao somatório de pequenos valores respeitantes a correções relativas ao exercício anterior, insuficiência na estimativa de impostos, quotizações, donativos e uma coima.

22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11	8
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	22	6
	<u>33</u>	<u>14</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	8	103
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>8</u>	<u>103</u>
Resultados financeiros	<u>25</u>	<u>(89)</u>

23. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

24. Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa que, no âmbito da alteração da empresa para corretor de seguros, foi prestada garantia bancária por ordem da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através do Banco Popular, no valor de 18.760,00€.

Os honorários do Revisor Oficial de contas são de 1.000,00€ anuais acrescido de IVA à taxa normal.

25. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Norma Regulamentar n.º 15/2009, de 30 de dezembro

As alíneas ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa.

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.8 – Rédito e regime do acréscimo.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES (€)					
RAMO			ORIGEM		
FUNDOS	VIDA	NÃO VIDA	CLIENTES	OUTROS MEDIADORES	COMPANHIA DE SEGUROS
- €	7.548,90 €	78.614,09 €	- €	- €	86.162,99 €

REMUNERAÇÕES (€)				
NATUREZA		TIPO		
EM DINHEIRO	EM ESPÉCIE	COMISSÕES	HONORÁRIOS	OUTRAS REMUNERAÇÕES
86.162,99 €	- €	86.162,99 €	- €	- €

c) Total das remunerações relativas a contratos de seguros desagregados por Fundos de pensões, Ramos Vida e Ramos Não Vida e por origem

REMUNERAÇÕES (€)					TRANSFERÊNCIA DE VALORES	
COD. ASF	COMPANHIA DE SEGUROS	FUNDOS PENSÕES	RAMO VIDA	RAMO NÃO VIDA	Para entrega a Companhia de Seguros	Entregues por Companhia de Seguros
1028	ALLIANZ	- €	6.218,40 €	25.706,34 €	16.406,49 €	- €
1011	FIDELIDADE	- €	- €	9.993,47 €	- €	- €
1194	GENERALI REAIS	- €	- €	9.878,23 €	- €	- €
1021	GENERALI VIDA	- €	520,86 €	- €	38,68 €	- €
1010	LIBERTY	- €	- €	4.881,56 €	- €	- €
1026	LUSITANIA REAIS	- €	- €	2.367,19 €	172,44 €	- €
1145	MAPFRE REAIS	- €	- €	2.014,43 €	- €	- €
1186	MAPFRE VIDA	- €	63,64 €		- €	- €
1189	METLIFE	- €	- €	3.498,01 €	2.160,43 €	- €
1029	REAL VIDA SEGUROS	- €	322,48 €	- €	- €	- €
1197	SEG UNIDAS	- €	355,67 €	20.135,60 €	- €	- €
1160	VICTORIA REAIS	- €	- €	139,26 €	- €	- €
1096	VICTORIA VIDA	- €	67,85 €	- €	- €	- €

flu

d) Nível de concentração de remunerações auferidas pela carteira



Nos termos conjugados da alínea b) do artigo 35º do Decreto-lei n.º 144/2006, de 31 de julho, e das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 30º da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, os corretores de seguros devem garantir a dispersão de carteira de seguros, nos termos seguintes:

- a) A percentagem de remunerações recebidas por contratos colocados numa empresa de seguros não pode exceder 50% do total das remunerações auferidas pela sua carteira; e
- b) Existência de, no mínimo, seis empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor represente, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira, salvo se, no caso concreto, se verificar uma dispersão maior.

No exercício findo fechámos as contas não cumprindo o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro:

- auferimos remunerações de várias empresas de seguros e em nenhuma delas a carteira excedeu os 50%, tendo assim cumprido o mencionado na alínea a);
- auferimos remunerações de cinco empresas de seguros cujas remunerações sejam superiores a 5%, ficando uma sexta a faltar 0,94% para os 5%;
- auferiríamos remunerações de seis empresas de seguros cujas remunerações fossem superiores a 5%, se não tivesse havido a fusão das seguradoras Tranquilidade, Açoreana, Logo e T-Vida; pois manteríamos-nos acima de 5% na Tranquilidade e Açoreana.

2.00

pen

e) Contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Por Natureza	31 - DEZ - 2017	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguros já cobrados e por cobrar	0,00 €	0,00 €
Outras quantias:		
- Saldo conta-corrente tomadores	0,00 €	0,00 €
- Saldo conta-corrente agentes	0,00 €	0,00 €
- Saldo conta-corrente seguradoras	0,00 €	18.700,68 €
- Credores por acréscimos de gastos	0,00 €	7.070,71 €
- Outros / pessoal	0,00 €	2.472,58 €
Totais	0,00 €	28.243,97 €

f) Idade das contas a receber vencidas no final do exercício

ANO DE VENCIMENTO	AGENTES		TOMADORES		OUTROS	
	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE
2017	- €	- €	- €	- €	- €	18.700,68 €

Não foi reconhecida qualquer imparidade por se tratar de Companhias de Seguros com pagamentos regulares de prémios e sobre os quais podemos agir de momento.

g) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representam, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Cod. ASF	Companhia de Seguros	% Comissões
- €	6.218,40 €	25.706,34 €	1028	ALLIANZ	37,05%
- €	- €	9.993,47 €	1011	FIDELIDADE	11,60%
- €	- €	9.878,23 €	1194	GENERALI REAIS	11,46%
- €	- €	4.881,56 €	1010	LIBERTY	5,67%
- €	355,67 €	20.135,60 €	1197	SEG UNIDAS	23,78%

Vila Nova de Gaia, 2 de Março de 2018

A Gerência,

 **J. NEVES**
Corretor de Seguros
a gerência

